

CORREIO BASTIDORES

POR
FERNANDO MOLICA

Lula Marques/Agência Brasil.



Alcolumbre tem evitado sessão que abriria CPMI

Envolvimento de muita gente gera impasse no Master

A palavra impasse ganhou força em Brasília nos últimos dias. Isso, em consequência dos fatos relacionados com o caso Master e que envolvem personagens do Legislativo, Judiciário e Executivo. Evidências que comprometem principalmente personagens da oposição — Ciro Nogueira, Nikolas Ferreira, Antônio Rueda — mas que também são capazes de tirar sono de integrantes do governo, como lideranças do PT baiano. Mesmo pedidos de impeachment de ministros do Supremo Tribunal Federal ficam complicados diante do eventual envolvimento no escândalo do presidente do Senado, Davi Alcolumbre (União-AP).

Investigadores e réus

Um processo de impeachment teria que ser aberto por Alcolumbre, e seria conduzido no Senado, parlamentares suspeitos de participação no escândalo teriam direito de definir o destino de integrantes do STF. Alcolumbre tem demonstrado que não quer saber de aprofundamento das investigações, tanto que evita convocar sessão do Congresso para não ser obrigado a instalar a CPMI do Master.

Reprodução/Redes sociais



Nikolas Ferreira(e): milhagem nas asas de Vorcaro

CPMI teria foco amplo

Apesar de ter sido respaldada principalmente pela oposição e de focar no caso do ministro Alexandre de Moraes, uma CPMI não deixaria de mexer em casos delicados para o bolsonarismo, como o de Nikolas, que acumulou milhas em jatinho de Vorcaro. Apesar de procurar, nas últimas semanas, manter alguma distância de Jair Bolsonaro, o senador Ciro Nogueira (PP-PI) foi chefe da Casa Civil do ex-presidente. E há o risco de a investigação complicar Roberto Campos Neto, ex-presidente do Banco Central.

Dosimetria no banco

Ao não convocar sessão do Congresso, Alcolumbre prorroga a permanência na cadeia de condenados pelo 8 de Janeiro que seriam beneficiados pelo projeto que reduz suas penas, aprovado pela Câmara e Senado, mas vetado pelo presidente Lula. Em tese, a oposição tem votos suficientes para derrubar o veto, mas isso só pode ocorrer durante a sessão conjunta das Casas.

Verões

Outro problema é que ninguém sabe o que ainda vai surgir com o avanço das investigações. Os que deixaram suas digitais em mensagens trocadas com o ex-banqueiro Daniel Vorcaro sabem o que fizeram nos verões passados, mas torcem para que as provas das tabelinhas tenham evaporado.

No colo alheio

A tendência, por enquanto, é de o governo acusar a oposição; e vice-versa, mas tudo deve ficar nesse jogo de cena. Há muito medo do que possa vir à tona com o avanço das investigações — em sua curta carreira de banqueiro, Vorcaro estabeleceu muitas e perigosas parcerias com gente poderosa.

Togas de molho

Há no STF a percepção de que Moraes e Dias Toffoli deveriam pedir licença da corte ou, pelo menos, assumirem que estão impedidos de participar de qualquer ato relacionado ao caso Master. Mas, agora, nenhum dos dois quer saber disso. Sobre ambos pesam suspeitas de colaboração com Vorcaro.

Na trave

Apesar da queda de Lula e do crescimento de Flávio Bolsonaro, o Datafolha foi recebido com algum alívio no Planalto. Havia o temor de que o desempenho do pré-candidato do PL fosse melhor e até de um empate numérico em simulação de segundo turno com o petista. Para o governo, a pesquisa apenas reafirma a polarização.

Adiamento

O temor estava relacionado, principalmente, à repercussão negativa do desfile da Acadêmicos de Niterói, que homenageou Lula. Como a pesquisa foi feita entre os dias 3 e 5, mas só divulgada no sábado (dois dias depois do previsto), não houve tempo para medir efeitos do caso Master e da conta bancária de Lulinha.

Perda menor

O governo fala em perdas administráveis. No início de dezembro, num cenário com Flávio no primeiro turno, Lula tinha 41%. Os recentes 38% ou 39% (o percentual varia de acordo com os demais adversários) indicam queda de até três pontos. Flávio tinha, na época, 18%, mas sequer havia sido lançado pelo pai.



Viana quer ouvir explicações de Dino

Sigilo de Lulinha: Viana quer Dino na CPMI

Ministro do STF suspendeu a decisão sobre quebra

Por Gabriela Gallo

No momento em que nova pesquisa, agora do Datafolha, mostra empate entre Luiz Inácio Lula da Silva (PT) e o senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ) em um eventual segundo turno, a polêmica em torno da quebra de sigilo de seu filho, Fábio Luís Lula da Silva, conhecido como Lulinha, poderá ser novo fator de desgaste.

A decisão do ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Flávio Dino de suspender a quebra de sigilos bancário e fiscal de Lulinha gerou diversas repercussões no Parlamento.

Nesta sexta-feira (6), o presidente da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI) que investiga os desvios irregulares de aposentados e pensionistas do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), senador Carlos Viana (Podemos-MG), informou que apresentará um requerimento para convidar Flávio Dino para comparecer na comissão e esclarecer sobre a decisão.

“A iniciativa tem caráter institucional e busca promover o diálogo entre os poderes da República, diante dos impactos diretos que essa decisão produziu sobre os trabalhos da investigação parlamentar”, escreveu Carlos Viana por meio de suas redes sociais. Ele ainda completou que o objetivo “é fortalecer o diálogo institucional e garantir transparência em uma investigação que trata

de um tema de enorme interesse público”.

Um dia após suspender a quebra de sigilo da empresária Roberta Luchsinger, amiga de Lulinha, Dino ampliou a suspensão da quebra de sigilos para Lulinha nesta quinta-feira (5). Em ambas as decisões, o magistrado avaliou como inconstitucional a maneira como a CPMI aprovou a quebra de sigilo. No final de janeiro, os membros da comissão mista aprovaram 87 requerimentos de uma vez (chamado votação “em globo”), que incluíam as quebras de sigilo financeiro de ambos os investigados. Para o ministro, medidas como quebra de sigilo exigem fundamentação individualizada e específica.

Vale destacar que a CPMI do INSS pode solicitar novamente a quebra de sigilo de Lulinha e de Luchsinger, mas terá que analisar os requerimentos individualmente.

“Dino questionou a forma da votação, ele não questionou o mérito da quebra”, disse em entrevista ao Correio da Manhã o professor de ciência política do Ibmeq Brasília Leandro Gabiati, que destacou que, considerando que os membros da comissão votem novamente pela quebra de sigilo, o governo deve se articular “muito melhor” do que última vez para evitar uma aprovação.

O nome de Lulinha vem sendo citado na CPMI do INSS desde o ano passado.